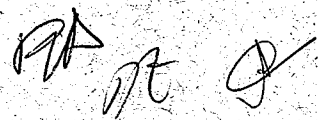
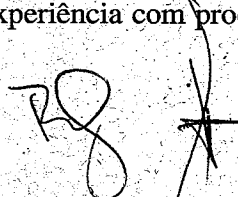
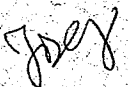
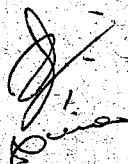
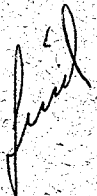


1 Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às quinze horas e trinta e
2 cinco minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e
4 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a vigésima nona plenária do décimo sétimo
5 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Ana Sandra
6 Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andrea Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Daniela
7 Zanini, Elizabete Lacerda, Fabián Javier Marin Rueda, Iolete Ribeiro da Silva, Jureuda
8 Duarte Guerra, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves, Paulo Roberto Martins
9 Maldos, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Regina
10 Lúcia Sucupira Pedroza, Sandra Elena Spósito e Rosane Lorena Granzotto. Pedro Paulo
11 Bicalho informou que esta é a última plenária em que o CFP pode incluir pontos de pauta
12 para a Apaf. Rosane Lorena Granzotto e Iolete Ribeiro da Silva informaram que têm pontos
13 que precisam ser discutidos na própria sexta-feira e as conselheiras não poderão estar
14 presentes no sábado. Assim, ficou combinado que a plenária seria iniciada pelos pontos das
15 conselheiras e depois retornariam à ordem da pauta previamente definida. **1. REVISTA**
16 **DIÁLOGOS:** Iolete Ribeiro da Silva sugeriu a inclusão do tema educação para um número
17 da revista; haja vista que a atuação da gestão foi tímida em relação a essa temática. Sandra
18 Elena Spósito sugeriu o tema direitos humanos, em virtude da atual conjuntura. Maria
19 Márcia Badaró Bandeira sugeriu o tema sistema penitenciário, mas afirmou que talvez isso
20 possa ser contemplado se o tema maior for direitos humanos. Marisa Helena Alves sugeriu o
21 tema formação, incluindo a discussão do ensino à distância. Iolete Ribeiro da Silva explicou
22 que avaliação psicológica já foi tema da revista, mas há uma expectativa de que tenha mais
23 publicações sobre esse assunto; e direitos humanos também já foi tema da revista. Ela
24 explicou que é preciso pensar no editorial, para definir que enfoque deve ser dado, de modo
25 que vários temas podem ser abordados. Qualquer tema pode ter o enfoque de direitos
26 humanos, por exemplo. Assim, sugeriu falar de áreas de atuação sobre as quais o CFP não
27 tem se manifestado. Lembrou que essa revista é a única publicação que é encaminhada aos
28 psicólogos impressa. Foi aprovado por unanimidade a inclusão do tema educação e todos
29 irão dar sugestões de outros temas possíveis. **2. ELEIÇÕES 2019:** Iolete Ribeiro da Silva
30 informou que o CFP contratou duas empresas de auditoria para as eleições, *Security Labs* e
31 *The Perfect Link*, que já têm experiência com processos semelhantes à consulta nacional do

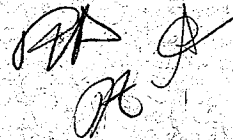
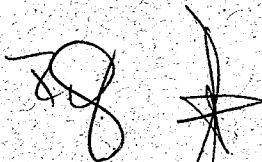
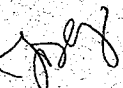


1 

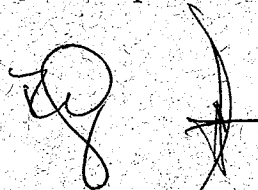
32 Sistema Conselhos de Psicologia. Essas empresas emitirão pareceres para assegurar a
33 segurança do processo das eleições. Iolete Ribeiro da Silva informou que na primeira
34 licitação não houve nenhuma empresa habilitada. Iolete Ribeiro da Silva informou também
35 que a etapa de homologação de inscrição das chapas se encerrará no dia dois de maio e se
36 iniciará a etapa da campanha de recadastramento nos Conselhos Regionais de Psicologia. **3.**
37 **TEXTOS SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL PARA APAF:** Iolete Ribeiro da Silva
38 lembrou que no ano anterior, a plenária autorizou a produção de um caderno de textos sobre
39 alienação parental, com posicionamentos diferentes, com a finalidade de dar subsídios aos
40 CRPs, para que façam debates, respondam aos questionamentos sobre o assunto, para que
41 isso vá para a Apaf e seja possível ter um texto referendado pelos Conselhos, com o
42 posicionamento da Psicologia sobre a alienação parental. A apresentação do caderno foi lida,
43 para apreciação da plenária. Jureuda Duarte Guerra informou que o CNDM - Conselho
44 Nacional de Direitos das Mulheres irá assumir esse debate sobre alienação parental, com
45 participação de Maria da Penha, que virou conselheira emérita. Jureuda Duarte Guerra
46 explicou que no CNDM o assunto tem sido abordado exclusivamente como uma violência
47 sofrida por mulheres, pelos pais das crianças. Falou da necessidade de ter cuidado para
48 considerar que existe também outras formas de alienação parental, apesar de ser muito
49 delicado abordar esse assunto no Conselho da Mulher. Iolete Ribeiro da Silva respondeu que
50 a ideia de produzir esse material considerou exatamente este debate, para que o Sistema
51 Conselhos não seja acusado de não ouvir, nem considerar posições contrárias. Assim, a ideia
52 é que o CFP e os CRPs possam se manifestar após ouvir ambos os lados, a partir de leitura
53 de visões diferentes, opostas, para chegar a uma conclusão. Iolete Ribeiro da Silva falou que
54 sua primeira impressão seria pautar o assunto para a Apaf, mas como a pauta estará muito
55 grande, perguntou se é melhor pautar para a reunião de presidentes. Iolete Ribeiro da Silva
56 deu breve informe sobre uma audiência que aconteceu sobre o tema alienação parental, para
57 ilustrar o quanto o CFP tem sido cobrado a se manifestar sobre esse assunto, especialmente
58 por movimentos feministas. Iolete Ribeiro da Silva alertou que esse é um tema complexo que
59 toca em interesses de advogados, psicólogos, movimentos feministas, movimentos de pais
60 que se dizem vítimas de mães alienadoras. Informou que os textos que foram produzidos
61 estão em fase de diagramação, e, em breve, haverá uma versão digital para ser encaminhada
62 aos CRPs. Explicou que o ideal é ter um grupo de trabalho para trabalhar no posicionamento

63 final sobre o tema. Sandra Elena Spósito falou do risco de existir um debate que dure muitos
64 anos, como aconteceu com a escuta especial, com um posicionamento de um campo
65 majoritário e não consensual. Assim, questionou se a estratégia de ter posições divergentes
66 para iniciar o debate seria adequada, especialmente em virtude do tempo. Afirmou que a
67 maior tendência do Sistema Conselhos foi de discordar do “depoimento sem dano”, e
68 perguntou se não seria melhor a plenária do CFP já ter uma posição menos imparcial em
69 relação ao tema da alienação parental. Iolete Ribeiro da Silva explicou que em relação ao
70 tema da escuta especial, já havia um posicionamento inicial do Sistema Conselhos de
71 Psicologia porque já havia diretrizes do CNP - Congresso Nacional de Psicologia e foram
72 feitos seminários sobre o tema. Assim, esse posicionamento foi reafirmado em vários
73 momentos, quando se ouvia o lado que pensava diferente. Já em relação ao tema alienação
74 parental, a complexidade é maior, pois há interesses de vários grupos, mas não há acúmulo
75 de debate no Sistema Conselhos de Psicologia e esse é o maior problema. O CFP não pode se
76 posicionar sem fazer esse debate, sem abrir o diálogo com os CRPs. Há apenas algumas
77 deliberações de CNP que são muito iniciais. Foi deliberado pela plenária que o tema deve ser
78 pautado para a Apaf, com objetivo de criação de um GT e isso pode ser previamente
79 apresentado na reunião de presidentes. O material apresentado pela Conselheira Iolete
80 Ribeiro da Silva também foi aprovado. **4. GT DE REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº**
81 **13/2007:** Rosane Lorena Granzotto informou que o ponto é sobre a resolução de título de
82 especialista, a qual teve parte de seu texto anulado pela justiça. Assim, na Apaf de dezembro
83 de 2017, foi criado um GT para trabalhar na revisão dessa resolução. Rosane Lorena
84 Granzotto informou que não há chances de reversão da decisão judicial, assim, o CFP não
85 poderá mais credenciar cursos. Rosane Lorena Granzotto explicou sobre a demora de
86 produção desse GT de Apaf e justificou que o atraso se deu porque era necessário ter
87 confirmação da Gerência Jurídica do CFP, de que não é possível reverter a situação na
88 justiça e também era necessário aguardar a publicação do marco regulatório sobre os cursos
89 de especialização pelo Conselho Nacional de Educação - CNE. Rosane Lorena Granzotto
90 informou que em abril de 2018 a resolução do CNE foi publicada. Rosane Lorena Granzotto
91 apresentou a nova resolução que foi construída pelo grupo, explicando que ela faz menção
92 aos mesmos termos da lei, para garantir que a resolução não seja frágil do ponto de vista
93 jurídico. Foi feita a leitura do documento e o registro de destaques. Sobre a determinação de

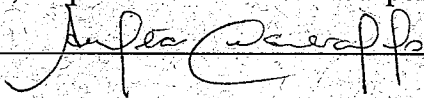
94 precisar de dois anos de experiência na área, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho informou que
95 é inviável exigir dois anos de experiência em Psicologia do Trânsito, haja vista que para
96 atuar nas clínicas do Detran é preciso ser credenciado pelo Detran. Ou seja, para ter dois
97 anos de experiência, o psicólogo deverá atuar de forma irregular até conseguir a experiência
98 para ter o título. Rosane Lorena Granzotto sugeriu que o assunto seja dialogado com o
99 Contran, haja vista que são diversas especialidades e que apenas uma tem essa característica.
100 Além disso, lembrou que essa exigência não tem sido problema, colocada da forma como
101 está. Fabián Javier Marin Rueda reiterou esse entendimento, afirmando acreditar ser possível
102 o diálogo com o Contran. Rosane Lorena Granzotto falou da importância de privilegiar a
103 prática, de modo que haja algum filtro para garantir a qualidade do título de especialista,
104 caso contrário qualquer curso, só pelo fato de ser credenciado pelo MEC - Ministério da
105 Educação, dará o título de especialista que será chancelado pelo CFP. Concluída a
106 apresentação da resolução, Rosane Lorena Granzotto afirmou que em sua visão, o ponto já
107 pode ser levado para a APAF, e depois ficariam apenas os anexos para fechar o tema. Fabián
108 Javier Marin Rueda concordou com a necessidade de já pautar o tema na Apaf, visto que
109 muitos CRPs solicitam a discussão desta resolução. Explicou que faltam as ementas de várias
110 especialidades, mas é possível contar com as entidades que têm expertise na área para
111 contribuir. Sobre os demais anexos, são formulários internos, que serão usados pelos CRPs
112 para ao recebimento de documentos dos psicólogos que solicitarem o título. Fabián Javier
113 Marin Rueda sugeriu que o ponto seja pautado para a reunião de presidentes para explicar o
114 processo, antes de ir para a Apaf. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega perguntou se a resolução
115 já foi avaliada pela Gerência Jurídica do CFP. Rosane Lorena Granzotto informou que não,
116 mas afirmou que a resolução foi escrita levando em conta as orientações colocadas no
117 parecer que já existia da Gerência Jurídica sobre o tema. Iolete Ribeiro da Silva informou
118 que a descrição das especialidades sempre foi feita pelas entidades, mas acrescentou que é
119 importante considerar também o Catálogo Brasileiro de Ocupações - CBO, porque as bancas
120 de concursos públicos e muitas empresas definem a descrição de cargos a partir do CBO.
121 Concordou que não há necessidade de ter os formulários anexos à resolução para levar para a
122 Apaf. Lembrou inclusive que nas resoluções anteriores, isso era incluído em outro momento
123 em um manual, de modo que não precisa estar pronto agora para a apresentação em Apaf.
124 Foi combinado que o documento deve ser revisado pela Gerência Jurídica e, se não houver



125 problemas, poderá ser pautado para a Apaf. Entretanto, João Diego Rocha Firmiano (Gerente
126 Jurídico) alertou que não há tempo hábil para fazer a análise devida dentro do prazo da Apaf.
127 Desse modo, foi decidido que o ponto será pautado para a Apaf de dezembro e o GT deve
128 fechar o trabalho até o final de julho, para passar pelas revisões necessárias a tempo. **5.**
129 **VAGA DO FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS DA ÁREA DA SAÚDE (FCFAS -**
130 **CONSELHINHO) JUNTO À ANS:** Rosane Lorena Granzotto informou que irá representar
131 o CFP na Câmara de Saúde Suplementar (CAMSS) do Fórum dos Conselhos Federais da
132 Área da Saúde (FCFAS - Conselhinho). **INFORMES: 1. FRENTE NACIONAL**
133 **DROGAS E DIREITOS HUMANOS - ATIVIDADES REALIZADAS:** Paulo José
134 Barroso de Aguiar Pessoa informou que a Frente está sendo retomada. O CFP solicitou a
135 presença de entidades e conseguiu rearticulação. Houve reunião no dia treze e foi criada uma
136 coordenação colegiada que vai trabalhar a partir de quatro perspectivas: articulação,
137 comunicação, secretaria e financiamento. Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa informou
138 algumas das ações previstas para a Frente: realização de uma mesa no evento da Associação
139 Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - ABRAMD; criação de um site da
140 Frente, criação de um observatório de violações de direitos. **2.RECOMENDAÇÕES**
141 **APROVADAS PELO CNS:** Marisa Helena Alves apresentou as recomendações e outros
142 documentos aprovados na última reunião do CNS. **3. GRUPO DE TRABALHO PARA**
143 **ELABORAÇÃO DE NOTA SOBRE CAPACIDADE DECISIONAL DE PCDs:** Daniela
144 Zanini informou que considerando a necessidade de produção de orientações às (aos)
145 psicólogas(os) no que se refere a avaliação da capacidade decisional de pessoas com
146 deficiência, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica sugeriu a formação de um
147 grupo de trabalho com o objetivo de subsidiar a produção de referências e elaborar nota
148 técnica sobre o assunto. Ficou combinado que a nota técnica será pautada para a plenária
149 quando estiver pronta. Sandra Elena Sposito falou sobre o debate que tem ocorrido acerca da
150 esterilização, que se relaciona com o assunto, e sugeriu os direitos reprodutivos e sexuais
151 sejam considerados no documento a ser produzido. **4. PESQUISA COM A OUVIDORIA**
152 **DA PM/SP - SAÚDE MENTAL E SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS:** Pedro Paulo
153 Gastalho de Bicalho informou que o CFP foi convidado a participar de pesquisa com a
154 Ouvidoria da Polícia Militar de São Paulo sobre Saúde Mental e suicídio entre Policiais.



5

156 comparecer devido às condições meteorológicas do Rio de Janeiro que impediram o
157 deslocamento. O conselheiro consultou a plenária para saber se há o interesse de
158 continuidade na participação deste projeto. A continuidade da participação foi aprovada por
159 unanimidade. **5. REPERCUSSÃO DA LIMINAR SOBRE RESOLUÇÃO 01/99:** A
160 Gerência de Comunicação do CFP apresentou os dados das redes sociais do CFP, bem como
161 números sobre a divulgação de outros veículos de comunicação acerca da notícia relativa à
162 Resolução CFP nº 001/1999. A avaliação da plenária foi de que a repercussão foi muito
163 positiva, assim, deve ser enviado ofício aos CRPs apresentando os números expostos na
164 plenária. Além disso, ficou encaminhado que no domingo será feita uma *live* ou vídeos com
165 conselheiros para continuar a divulgação do tema. **6. RELATÓRIO SOBRE DIÁLOGO**
166 **DIGITAL - COACHING:** A Gerência de Comunicação do CFP apresentou os números
167 relativos ao Diálogo Digital sobre Coaching, realizado em 28 de março, transmitido pelas
168 redes sociais do CFP. Foi destacado que esse foi o diálogo digital com maior audiência deste
169 ano e foi também o mais polêmico, por ter contado com interações tanto de Psicólogos como
170 de Coaching. A maioria das avaliações foram positivas. A reunião foi encerrada às dezoito
171 horas e onze minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Andrea Esmeraldo Câmara, Conselheira-
172 Secretária do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e
173 referenciados. 

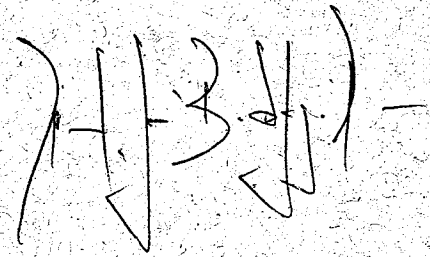


Paulo S. Lima



Esmeraldo

Rafael



Paula Mendes de Jesus

Jurenda Duarte Gueiros

